



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM-PE

Governando para o Povo



LDO

2020

LEI Nº 999/2019

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Parnamirim, Estado de Pernambuco, usando das suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Parnamirim, APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de Parnamirim para o exercício de 2020, compreendendo:

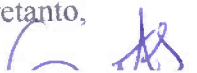
- I - as metas e prioridades, metas fiscais e riscos fiscais da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VII - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo;
- VIII - as disposições relativas à dívida pública do Município;
- IX - a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- X - as disposições sobre transparência fiscal; e
- XI - as disposições finais.

CAPÍTULO I AS METAS E PRIORIDADES, METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I Das Prioridades e Metas

Art.2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2020, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário constante desta Lei.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020, respeitadas as disposições constitucionais e legais, terão precedência na alocação de recursos na Lei do Orçamento Anual de 2020, bem como na sua execução, não se constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observadas as seguintes diretrizes gerais:



I - aprimoramento dos investimentos na área da saúde, com ampliação da rede física, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica;

II - ampliação do acesso à educação básica, melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com ampliação e requalificação da rede física, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e diretores de escolas municipais, expansão do programa Saúde na Escola e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do Município;

III - garantia da mobilidade e da acessibilidade no espaço urbano, expansão das intervenções em vias urbanas;

IV - melhoria das condições de segurança pública no Município, sobretudo em seus próprios públicos e criação de uma rede municipal de prevenção social da violência;

V- estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com projetos de infraestrutura, otimização dos processos de licenciamento e regularização, possibilitando ambiente acolhedor ao empreendedor, expansão dos programas de qualificação de jovens, ampliação das perspectivas de turismo de lazer, cultura e negócios no Município;

VI - melhoria do acesso aos serviços públicos e à informação, elevando a qualidade do atendimento ao cidadão e aperfeiçoando o relacionamento com a população, valorização e aprimoramento do desempenho profissional dos servidores e empregados públicos municipais, por meio da melhoria nas condições de trabalho, da capacitação;

VII - fortalecimento da política habitacional de interesse social, por meio da ampliação de programas de habitação, com viabilização de novas moradias, reassentamentos, melhorias urbanísticas e ambientais;

VIII - aprimoramento do processo do Orçamento Participativo para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;

IX - promoção da recuperação e preservação ambiental, notadamente por meio de ações voltadas para a despoluição de cursos d'água e redução de inundações, desenvolvimento urbano ordenado e melhoria das condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade por meio da revitalização de espaços urbanos, garantia dos serviços de limpeza urbana e expansão dos serviços de coleta; garantia do ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, revitalização dos principais corredores viários e garantia dos serviços de manutenção necessários aos espaços públicos da cidade, melhoria da qualidade ambiental, da informação e das infraestruturas;

X - promoção, apoio e incentivo à formação cultural, ao acesso da população aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do Município, apoiadas

iniciativas de criação e produção artístico-culturais da sociedade, promoção de medidas de preservação dos marcos e espaços de referência simbólica e da história da cidade e recuperação e valorização do patrimônio cultural;

Art. 4º As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2020 são as constantes do anexo I que integra esta Lei.

Seção II **Das Metas Fiscais**

Art. 5º As Metas Fiscais, constantes do Anexo II que integra esta Lei, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, de receitas e de despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2020 e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento de metas referidas no § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio dos demonstrativos abaixo:

- I - demonstrativo I -metas anuais
- II - demonstrativo II- avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;
- III - demonstrativo III- metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - demonstrativo IV- evolução do patrimônio líquido;
- V - demonstrativo V- origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;
- VI - demonstrativo VI- avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;
- VII -demonstrativo VII- estimativa e compensação da renúncia de receita;
- VIII - demonstrativo VIII- margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º No Anexo de Metas Fiscais, os demonstrativos descritos nos inciso I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo 2, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 6º Durante o exercício será avaliado o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas para cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.



Seção III Dos Riscos Fiscais

Art. 7º Os Riscos Fiscais, constantes do Anexo III que integra esta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

§1º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para reserva de contingência, não inferiores a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o referido exercício.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º. O projeto de lei orçamentária do Município de Parnamirim, relativo ao exercício de 2020, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, devendo o Governo Municipal promover audiências públicas;

III - o princípio de transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º. Na Lei Orçamentária de 2020, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.

§ 1º Os programas serão os seguintes:

- I - 1000 – Câmara Municipal;
- II - 1001 - Gestão Pública;
- III - 1002 – Parnamirim Previdência;
- IV - 1003 – Parnamirim Mais Saudável;
- V - 1004 - Parnamirim Cidadã: Ações Sociais;
- VI - 1005 – Mais Educação;
- VII - 1006 – Zona Rural Forte;
- VIII - 1007 – Parnamirim Integrado; e
- IX - 1008 – Parnamirim Viver.



§ 2º A despesa, quanto à sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 e alterações posteriores, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 3º As fontes de recursos de que trata o “caput” deste artigo compreendem:

- I - Tesouro Livre - Administração Direta;
- II - Tesouro Livre - Administração Indireta;
- III - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Educação - MDE;
- IV - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Saúde;
- V - Vinculados por Lei;
- VI - Tesouro - Contrapartida;
- VII - Recursos Vinculados / Convênios e Contratos; e
- VIII - Operações de Crédito.

Art. 10 Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;
- II - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;
- III - órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- IV - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
- V - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactua a execução de ações com transferência de recursos financeiros;
- VI - produto, bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
- VII - unidade de medida, utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e
- VIII - meta física, quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.



§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§ 3º A meta física deve ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o respectivo projeto, atividade ou operação especial, devendo ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 6º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município e seus fundos, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema Contabilidade Pública Integrado - SCPI.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F) e da Seguridade Social (S).

§ 2º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);



V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e
VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 15, será classificada no GND 9.

§4º O identificador de Resultado Primário (RP) tem como finalidade auxiliar a apuração do superávit primário previsto no art. 2º, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa.

§5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§6º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas;

§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 6º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

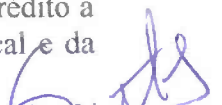
IV - Aplicações Diretas (MA 90); e

V - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação “a definir” (MA 99).

§ 9º. É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação “a definir” ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 13 Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.



§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação contida no inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 14. O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, até o dia cinco de outubro, a proposta Orçamentária Anual do Município de Parnamirim/PE (LOA) para o exercício seguinte, e compor-se-á de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- III. Tabelas explicativas, a que se refere o inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:
 - a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei no 4.320, de 1964; e
 - b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;
- V - Demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- VI - Relação de projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados no mínimo por categoria econômica, pelo grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.
- VII - Anexo dispendo sobre as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- VIII - Anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos respectivos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei;
- IX - Reserva de contingência, estabelecida na forma desta lei;
- X - Demonstrativo com todas as despesas relativas à dívida pública;

§ 1º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual conterà:

- I. Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;



II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, observado, na previsão da receita, o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

III. Demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

IV. Demonstrativo do cumprimento das disposições da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V. Justificativa para eventuais alterações em relação às determinações contidas nesta lei.

§ 2º Os quadros e tabelas da proposta orçamentária deverão ser encaminhados em suporte físico que permita o imediato processamento eletrônico dos dados, sem prejuízo da apresentação usual, devendo os Poderes Executivo e Legislativo prover os recursos necessários ao adequado processamento dessas informações.

§ 3º O Poder Executivo tornará disponíveis, por meio da Internet, cópia da proposta orçamentária, cópia da lei orçamentária e respectivos anexos, até 10 (dez) dias após sua publicação e relatório resumido da execução orçamentária até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 15. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do **caput** do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo no Projeto e na Lei Orçamentária de 2020 a, no mínimo, 1% (um por cento) e 0,5 (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, respectivamente, sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

CAPÍTULO III DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I Diretrizes Gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º O controle de custos de que trata o **caput** será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.



§ 2º O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

§ 3º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 4º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 5º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II - ações de caráter sigiloso;

III - ações que não sejam de competência do Município, nos termos da Constituição;

IV - clubes e associações de agentes públicos, ou quaisquer outras entidades congêneres;

V - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

VI - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;

VII - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;

VIII - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas a moradia, hospedagem, transporte ou atendimento de despesas com finalidade similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;



Art. 18. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2020 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto nos arts. 2º e 3º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as despesas mencionadas no art. 4º; e

b) os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 59; e

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual 2019-2021.

§ 1º Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles, constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2019, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos àqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 poderá considerar modificações constantes de projeto de lei de alteração do Plano Plurianual 2019-2021.

Seção II

Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo

Art. 20. A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, até 5 de setembro de 2019, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2020, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal elaborará a sua proposta orçamentária na forma das suas diretrizes e objetivos, observando que o total da despesa, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete inteiros por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2019.

§ 2º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

§ 3º A remuneração dos servidores do Poder Legislativo não deverá ultrapassar o subsídio do Chefe do Poder Executivo, nos moldes do art. 37, XI, da Constituição Federal.

I - Na fixação dessa remuneração, a Câmara deverá observar, simultaneamente, o total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e



excluídos os gastos com inativos, além dos percentuais incidentes sobre o somatório das receitas tributárias e das transferências efetivamente realizadas no exercício anterior, previstas nos art. 153, §5º, 158 e 159 da Constituição Federal.

II - a despesa com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 6% da Receita Corrente Líquida do Municipal, conforme os art. 19 e 20 da LC 101/00.

III. Não será permitido à Câmara Municipal gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os subsídios dos vereadores e proventos de inativos, nos termos do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.

§ 4º À Câmara de Vereadores enviará a Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

Paragrafo único - O repasse dos recursos à Câmara de Vereadores, relativo ao mês de janeiro de 2020, poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2019, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2020, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para repasses de fundos ao Poder Legislativo.

Seção III Dos Débitos Judiciais

Art. 21. O orçamento para o exercício de 2020 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, art. 87 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

§ 1º Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2019, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2020, conforme determina a Constituição Federal.

§ 2º A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo periodicamente oficiar aos Tribunais para conferir os registros.

§ 3º Para fins de acompanhamento, o Setor Jurídico do Município examinará todos os precatórios e instruirá os setores envolvidos.



Seção IV Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 22. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social:

- I - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;
- III - do Orçamento Fiscal; e
- III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas e de fundos, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**.

§ 1º As receitas de que trata o inciso III do **caput** deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Seção VII Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 23. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto do Poder Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

§1º Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do **caput** deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;
- V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;
- VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos



cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2020, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea “a” do inciso IV do **caput** do art. 14, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2019, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2020;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2019, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, será publicado, junto com o Relatório Resumido Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2020, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2019.

§ 8º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6º deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 9º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2020 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo trinta e cinco por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 10 Não se incluem no limite de suplementação previsto no § 9º as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.



§ 11 As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 12 Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no valor mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 24. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2020 serão submetidas ao Prefeito, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 4º do art. 23.

§1º Será através de Decreto a execução da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo trinta e cinco por cento do total da lei orçamentária para o exercício de 2020.

§2º Não se incluem no limite de suplementação definido em ato normativo do Poder Executivo as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

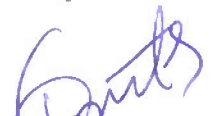
- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamentos do sistema previdenciário;
- III – pagamento do serviço da dívida;
- IV – pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS e do Sistema municipal de Ensino;
- V – transferências de fundos ao Poder Legislativo.

Art. 25. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Parágrafo Único. Os grupos de natureza de despesa decorrentes da abertura ou reabertura de créditos extraordinários durante o exercício, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo, para adequá-los à necessidade da execução.

Art. 26. Os Anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2020.

Art. 27. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2020 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização da Câmara Municipal.



Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio de cada Poder, até 15 de fevereiro de 2020, observado o disposto no art. 26.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 10, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa Gestão Pública.

Seção VIII Da Limitação Orçamentária e Financeira

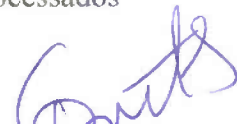
Art. 30. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem, conterão, em reais:

I - metas quadrimestrais para o superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida no art. 2º;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria de Finanças do Município, as contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, as concessões e permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias e as demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, ou custeadas com receitas de doações e convênios, e, incluídos em demonstrativo à parte, os restos a pagar, distinguindo-se os processados dos não processados; e



§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 31. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará mediante relatório, ao Poder Legislativo, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2020.

§ 2º Os Poderes do Município, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o **caput** ser divulgado na internet e encaminhado à Câmara Municipal.

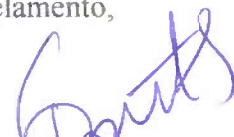
Seção IX Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 32. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2020 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

- I - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
- II - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária.
- III - Pessoal e Encargos Sociais;
- IV - Serviço da dívida; e
- XII - despesas com apoio ao transporte escolar.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2020 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020 na Câmara Municipal e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2020, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 40% (quarenta por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.



§ 3º As programações não contempladas nos incisos do **caput** poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2020, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO IV
AS DISPOSIÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS
Seção I
Das Transferências para o Setor Privado
Subseção Única
Das Subvenções Sociais

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo Único. A certificação de que trata o **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente; ou

II - dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

- a) atenção à saúde aos povos indígenas;
- b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- c) combate à pobreza extrema;
- d) atendimento às pessoas com deficiência; e
- e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV - Vírus da Imunodeficiência humana, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.



Seção II Disposições Gerais

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas no art. 33 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificativa pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

II - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congêneres, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

III - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

IV - publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pelo concedente;

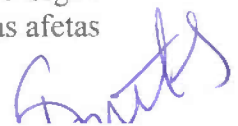
VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular;

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade em face do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

X - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades; e

XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.



CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Seção I

Das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2020, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2019, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

Art. 36. Os Poderes do Município disponibilizarão e manterão atualizada, nos respectivos sítios na internet, no portal “Transparência” ou similar, tabela, por órgão, com os quantitativos, por níveis e o total geral, de:

I - cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e postos militares, agrupados por nível e denominação;

II - cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública municipal, agrupados por nível e classificação;
e

III - pessoal contratado por tempo determinado, observado a legislação vigente.

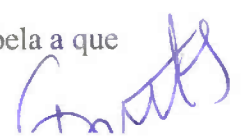
§ 1º A tabela a que se refere o **caput** obedecerá ao modelo a ser definido pelo Poder Executivo, em conjunto com o Poder Legislativo.

§ 2º Não serão considerados como cargos e funções vagos, para efeito deste artigo, as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária de 2020 dotações necessárias à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei.

Art. 37. No exercício de 2020, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 36;



II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 35.

Art. 38. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

§ 1º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 2º Excetua-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

§ 3º Fica o Poder Público autorizado a criar cargos e admitir pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos, e contratação temporária por excepcional interesse para atender as necessidade da administração direta, indireta e empresas públicas.

Art. 39. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a título, de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2020, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O anexo a que se refere o **caput** conterà autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada na Câmara Municipal até 31 de agosto de 2019, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de Lei, ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e

III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, ou a lei correspondente.

§ 2º O anexo de que trata o § 1º considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos



valores autorizados em 2020 e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização.

Art. 40. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes do Município, deverão ser, obrigatoriamente, publicados e disponibilizados nos sítios dos respectivos órgãos na internet.

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 41. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

§ 1º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado a que se refere o **caput**, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, deverão ser classificadas no GND 1, salvo disposição em contrário constante de legislação vigente.

§ 2º O disposto no § 1º do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, não se constituindo em despesas classificáveis no GND 1.

CAPÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I

Disposições Gerais sobre Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação

Art. 42. As proposições legislativas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará, quando solicitados por Presidente da Câmara Municipal, prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão competente da Poder Executivo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 3º A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no **caput**.

§ 4º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa; e

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição, concedendo aumento que resulte em somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição.

Seção II

Alterações na Legislação Tributária e das Demais Receitas

Art. 43. Somente será aprovado o projeto de lei que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

§ 1º A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

§ 2º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.

Art. 44. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, que sejam objeto de proposta de emenda, de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2020:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até sessenta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes



§ 3º O atendimento de programação cancelada nos termos do § 2º far-se-á por intermédio da abertura de crédito suplementar.

§ 4º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2020 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo trinta e cinco por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 45. Sem prejuízo do disposto no art. 44, as estimativas de receita constantes do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão considerar as desonerações fiscais que serão realizadas e produzirão efeitos no exercício de 2020.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO

Seção Única Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 46. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2020 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 47. A Câmara Municipal poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos e convênios com indícios de irregularidades graves.

CAPÍTULO VIII AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO IX A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 49. Não compete ao Município de Parnamirim estabelecer política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento

Amato

CAPÍTULO X DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Art. 50. Os Poderes do Município divulgarão e manterão atualizada, na página do órgão concedente na internet, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos dos arts. 33 a 34, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congêneres;
- VI - órgão transferidor; e
- VII - valores transferidos e respectivas datas.

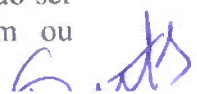
Seção Única Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 51. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2020 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ Parágrafo Único. Serão divulgados na internet:

I - pelo Poder Executivo:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2020, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;
- c) a Lei Orçamentária de 2020 e seus anexos;
- d) os créditos adicionais e seus anexos;
- e) a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações e respectivos subtítulos, identificando a programação classificada com identificador de resultado primário;
- f) até o sexagésimo dia após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, cadastro de ações contendo, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, desde que as alterações não ampliem ou



§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no **caput**.

§ 2º Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei nº 4.320, de 1964, a contabilidade:

- I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e
- II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

Art. 55. Para os efeitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;
- II - entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;
- III - na execução das despesas na ante vigência da Lei Orçamentária de 2020, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
- IV - os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

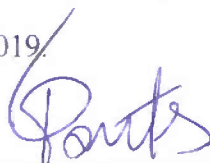
Art. 56. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública municipal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, conforme Lei Municipal e demais disposições legais aplicáveis, inclusive observância da Resolução TC nº 020/2005, do TCE-PE.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parnamirim-PE, em 09 de setembro de 2019.



Tácio Carvalho Sampaio Pontes
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM-PE

Governando para o Povo

ANEXO I

Prioridades e

Metas

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020

G. Costa

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

ANEXO I

PROGRAMA

1000 - CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO

Melhorar as condições de trabalho do Poder Legislativo e de suas unidades de suporte técnico-administrativo para atingir maior eficácia no exercício de suas funções por meio de adequação da estrutura administrativa e de capacitação dos servidores.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Câmara Municipal

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O PODER LEGISLATIVO	Unid	Equip. e materiais permanentes adquiridos	05	CÂMARA MUNICIPAL
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	Mês	Serviços Legislativos mantidos	12	
P	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	M ²	Prédio Reformado e ampliado	100	
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A CÂMARA MUNICIPAL	Unid	Veículo Adquirido	01	
A	MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DA CÂMARA MUNICIPAL	Unid	Veículo mantido	01	
A	DISPÊNDIOS COM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Mês	Despesas com indenizações e restituições – quitadas	12	
A	DISPÊNDIOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS DOS VEREADORES	Mês	Despesas com encargos sociais – INSS – quitados	13	
A	DISPÊNDIOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS DOS SERV. EFETIVOS	Mês	Despesas com encargos sociais – Funprepar – quitados	13	
A	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL ATRAVES DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	Pessoa	População informada	30.000	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	%	Serviços Administrativos mantidos	100	
A	DISPÊNDIOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS SERV. COMISSIONADOS	Mês	Despesas com encargos sociais – INSS – quitados	13	
A	CONTRIBUIÇÃO MANUT. ATIV. DA UVP E AVA	Órgão	Apoio institucional às atividades da CMP	02	

Handwritten signature

PROGRAMA**1001 – Gestão Pública****OBJETIVO**

Manter o bom funcionamento das ações administrativas. Dotar a administração municipal de meios adequados para consolidar-se no centro de excelência de gestão pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO SECRETÁRIO	UNID	UNIDADE	01	GABINETE DO PREFEITO
A DIV PROG OBRAS SERV PUBLIC ATOS ADMINISTRATIVO	UNID	UNIDADE	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA	UNID	UNIDADE	01	
P AQUISIÇÃO DE MÓVEIS,, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE DO PREFEITO.	UNID	UNIDADE	05	
A EXERCICIO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC E DIR DA ASSIST SOCIAL	UNID	UNIDADE	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO	UNID	UNIDADE	01	
P REFORMA E AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO PRÉDIOS PREFEITURA	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
P AQUISICAO DE MOV E EQUIP SERV ADMINISTRATIVOS	UNID	UNIDADES	10	
P AQUISICAO DE EQUIP DIR RH TRIB CONT PAT TESOUREARIA	UNID	UNIDADE	05	
P AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	UNID	UNIDADE	20	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PLANEJAMENTO	UNID	UNIDADE	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	UNID	UNIDADE	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIR DE TESOUREARIA	UNID	UNIDADE	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIR CONT ORC E CONTABIL	UNID	UNIDADE	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TRIBUTACAO	UNID	UNIDADE	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIR DE PATRIMONIO	UNID	UNIDADE	01	

A	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O INSS	UNID	UNIDADE	01	
P	ENCARGOS COM O FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO	UNID	UNIDADE	01	
E	CONTRIBUICAO DO MUNICIPIO PARA O PASEP	UNID	UNIDADE	01	
E	AMORTIZACAO DA DIVIDA COM CELPE E COMPESA	UNID	UNIDADE	01	
E	ENCARGOS COM PAGAMENTO DE PRECATORIO	UNID	UNIDADE	01	
E	AMORTIZACAO DA DIVIDA COM INSS E FGTS	UNID	UNIDADE	01	
E	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unid	UNIDADE	01	
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA	UNID	UNIDADE	01	
A	DISPENDIOS COM ACORDOS, CONVÊNIOS, PARCERIAS E COOPERAÇÕES EM GERAL.	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
A	MANUTENÇÃO ENCARGOS COM CONSÓRCIOS	UNID	UNIDADE	01	
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE ALMOXARIFADO	UNID	UNIDADE	01	
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE INFORMATICA E TRANSPARENCIA PUBLICA	UNID	UNIDADE	01	
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE GESTÃO E CONVENIOS E PROGRAMAS ESPECIAIS	UNID	UNIDADE	01	
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E QUALIDADE	UNID	UNIDADE	01	

Porto

PROGRAMA**1003 - PARNAMIRIM PREVIDÊNCIA****OBJETIVO**

Direcionar ações com o objetivo de viabilizar e desenvolver a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Município.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Fundo de Previdência Municipal

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A	ENCARGOS PREV DO MUNICIPIO	UNID	UNIDADE	01	FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
A	ENCARGOS COM INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	UNID	UNIDADE	01	
E	RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREVIDÊNCIA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO	UNID	UNIDADE	01	

Fontes

PROGRAMA**1002 – PARNAMIRIM MAIS SAÚDAVEL****OBJETIVO**

Manter o bom funcionamento das ações de saúde do município. Ampliar e qualificar a rede de atendimento de saúde, no que tange à sua infraestrutura e seus serviços de saúde e de gestão, bem como as suas políticas de promoção e de prevenção.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Saúde

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIR EPIDEMIOLOGIA	UNID	UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIV VIG SANITÁRIA	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIR ADM CONT POSTOS DE SAUDE	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIR EPIDEMIOLOGIA	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	01	
A	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O INSS	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENCAO DO PROJETO MAE CORUJA	Unid	UNIDADE	01	
A	ENCARGOS COM O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	Unid	UNIDADE	01	
A	LEITE E VIDA	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO CAPS COAS DST AIDS	Unid	UNIDADE	01	
A	IMP. PROJ DE QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL EM SAUDE	Unid	PROFISSIONAIS	50	
A	DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA BASICA	Unid	UNIDADE	01	
A	ATENDIMENTO BÁSICO AS FAMILIAS	Unid	UNIDADE	01	
A	ATENDIMENTO BÁSICO AS FAMILIAS PACS	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DE LABORATORIO DE ANÁLISE MUNICIPAL	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRATAMENTO FORA DOMICILIO - TFD	Unid	UNIDADE	01	
A	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE PREV CONTROLE DST/AIDS	Unid	UNIDADE	01	
P	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL	Unid	UNIDADE	01	
P	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE BUCAL	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE MISTA E DIRETORIA HOSPITALAR	UNID	UNIDADE	01	
P	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL E MATERNIDADE	UNID	UNIDADE	01	

P	AQUISIÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA PARA UNIDADE MISTA	UNID	UNIDADE	01
P	REFORMA E AMPLIAÇÃO MINI POSTOS DE SAÚDE VILA E POVOADOS	UNID	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO DE BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU	UND	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIP. MEDICO HOSPITALAR	UNID	UNIDADES	20
P	AQUISIÇÃO VEÍCULO AMBULÂNCIA TRANSP. DOENTES E ZONA RURAL	UNID	UNIDADES	04
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR	UNID	UNIDADES	02
A	ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL À POPULAÇÃO	UNID	UNIDADE	01
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	UNID	UNIDADE	01
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	UNID	UNIDADE	01
P	IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	UNID	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	UNID	UNIDADE	03
P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS	UNID	UNIDADE	20
P	REFORMA E /OU AMPLIAÇÃO DA UNIDADE MISTA	UNID	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE MISTA	UNID	UNIDADE	20
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MEDICOS	UNID	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE EQUIP. PARA CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO ODONTOLÓGICA - CEO	UNID	UNIDADE	10
P	REIMPLANTAÇÃO DO CAPS	UNID	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE	UNID	UNIDADE	01
P	CONTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE FARMÁCIA	UNID	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA OS ACS	UNID	UNIDADE	05
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE ACS	UNID	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA VIGILANCIA E SAÚDE	UNID	UNIDADE	05
P	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE RAIMUNDA DE SÁ BARRETO CABRAL.	UNID	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO DE AGUA (TIPO CASTELO D'AGUA) PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE RAIMUNDA DE SÁ CABRAL.	UNID	UNIDADE	01

Secretaria
Municipal de
Saúde

Parade

PROGRAMA

1004 - PARNAMIRIM CIDADÃ: AÇÕES SOCIAIS

OBJETIVO

Manter o bom funcionamento das ações sociais do município. Melhorar efetivamente a qualidade de vida das famílias de baixa renda com ações integradas. Transferência de renda, suplementação alimentar, atendimento emergencial para desempregados e capacitação para jovens, possibilitando meios para a superação da situação de vulnerabilidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Assistência Social

Denominação

AÇÕES (A - ATIVIDADES / P - PROJETO / E - OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA E DIRETORIA DA ASSIST SOCIAL	Unid	Unidade	01	Secretaria Municipal de Assistência Social
A	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DA PESSOA IDOSA	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DO CENTRO HAB REAB PARA DEFICIENTES	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DO CENTRO CAP E INCLUSÃO SOCIAL	Unid	Unidade	01	
P	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	Unid	Unidade	120	
A	ATIVIDADES EXTRACURRICULARES (PROG AÇÃO CONTINUADA)	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SCFV	Unid	Unidade	01	
A	DOAÇÕES A PESSOAS CARENTES	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BOLSA FAMILIA IGDBF	Unid	Unidade	01	
A	APOIO AO DESENV. DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO PILOTO	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS CRAS	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENCAO DO CENTRO CAP E INCLUSÃO SOCIAL	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO ASSISTENCIAL SOCIAL	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EQUIPE CRAS VOLANTE	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CREAS	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DO SUAS/ IGD-SUAS	Unid	Unidade	01	
A	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CRAS/SCFV/PAIF/CADÚNICO	Unid	Unidade	26	
A	AQUISICAO DE VEÍCULOS PARA O CRAS/CREAS/CONSELHO TUTELAR	Unid	Unidade	03	
A	PROGRAMA DE BENEFICIOS EVENTUAIS	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	Unid	Unidade	01	

P	AQUISIÇÃO E MOVEIS E EQUIP. PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIV DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE	Unid	Unidade	01	
P	AQUISIÇÃO E MOVEIS E EQUIP. PARA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE	Unid	Unidade	01	
P	IMPLANTAÇÃO, AQUISIÇÃO E MOVEIS E EQUIP. PARA A BRINQUEDOTECA	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO E INCENTIVO DAS ATIV DA DE ASSOCIAÇÕES COMUNITARIAS ASSISTÊNCIAIS	Unid	Unidade	01	
P	IMPLANTAÇÃO, AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIP. PARA A OFICINA DE MÚSICA	Unid	Unidade	30	
P	IMPLANTAÇÃO, AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIP. PARA A OFICINA DE MÚSICA	Unid	Unidade	30	
P	IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, MOVEIS E EQUIP. P A CENTRO PROFISSIONALIZANTESE TELECENTRO	Unid	Unidade	30	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIV DO CONSELHO TUTELAR	Unid	Unidade	01	
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INCLUSÃO SOCIAL DE RENDA-PRORENDA	Unid	Unidade	01	
P	AQUISIÇÃO MOVEIS E EQUIP. CASA MENOR CARENTE	Unid	Unidade	01	
A	CONSTRUÇÃO DE CASA DE ABRIGO MENOR CARENTE	Unid	Unidade	01	Fundo Municipal Direito Da Criança E Adolescente
A	ATIV EXTRA CURRICULARES (PROG Acao CONTINUADA)	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO ATIV DO CONSELHO DIREITO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DE PROGRAMA SOCIOEDUCATIVO	Unid	Unidade	01	
P	CONSTRUÇÃO CENTRO DE REFERENCIA E ATENDIMENTO A MULHERES EM CITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA DOMESTICA	Unid	Unidade	01	Secretaria da Mulher
A	MANUTENÇÃO ATIV DA SECRETARIA DA MULHER	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DE FORMAÇÕES E CAPACITAÇÕES DAS MULHERES	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	Unid	Unidade	01	Secretaria Municipal de Assistência Social
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROGRAMAS ESTADUAIS - PAIF	Unid	Unidade	01	

Santh

PROGRAMA**1005 - MAIS EDUCAÇÃO****OBJETIVO**

Garantir às crianças, adolescentes, jovens e adultos o acesso à educação visando, bem como a formação permanente dos profissionais de educação. Dar continuidade aos investimentos da infraestrutura física e pedagógica da rede para atender a demanda da educação básica.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Educação

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	UNID	UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Educação
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DIR ADM DE UNIDADES ESCOLARES	UNID	UNIDADE	01	
A	CONTRIBUICAO PATRONAL INSS	UNID	UNIDADE	01	
A	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS PARNAPREV	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENCAO DA DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR.	UNID	UNIDADE	01	
P	AQUISIÇÃO DE VEIC. DE TRANSPORTE/DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUCAO REF E AMP DE PREDIOS ESCOLARES	UNID	ESCOLAS ATENDIDAS	20	
P	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIP ESCOLAS MUNICIPAIS	UNID	UNIDADES	50	
P	AQUISIÇÃO DE VEIC. DE TRANSPORTE ESCOLAR DIARIO EDUCAÇÃO BASICA	UNID	UNIDADE	10	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE ENSINO	UNID	UNIDADE	01	
A	DISPENDIOS BOLSA ESTUDOS CAPACIT PROF MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	01	
A	DISPENDIOS COM MORADIA ESTUDANTES CARENTE	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS RECURSOS PDDE	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS REC DO SALARIO EDUCACAO	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISAO SEC ESCOLAR	UNID	UNIDADE	01	
A	CONTRIBUICAO PATRONAL FUNDEB 40% INSS	UNID	UNIDADE	01	

A	CONTRIBUICAO PATRONAL FUNDEB 60% INSS	UNID	UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Educação
A	CONTRIBUICAO PATRONAL FUNDEB 40% PREVIDENCIA	UNID	UNIDADE	01	
A	CONTRIBUICAO PATRONAL FUNDEF 60% PREVIDENCIA	UNID	UNIDADE	01	
A	DISPENDIOS LOC DE VEICULOS TRANSP DE ESTUDANTES	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENCAO CAPACITACAO PESSOAL FUNDEF 40%	UNID	UNIDADE	01	
A	DISPENDIOS COM PROFESSORES FUNDEB 60%	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA A CAMINHO DA ESCOLA	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA PNATE	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO PRE-ESCOLAR	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENCAO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	UNID	UNIDADE	01	
P	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTIMULAÇÃO E APRENDIZAGEM CAMINHAR	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AABBS SOCIAL	UNID	UNIDADE	01	
P	REFORMA/AMPLIAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS.				

Paula

PROGRAMA**1006 – ZONA RURAL FORTE****OBJETIVO**

Manter políticas de desenvolvimento para o município, impulsionar as atividades agrícolas com ênfase na agricultura e agropecuária, fomentar e prospectar oportunidades de parcerias e de captação de investimentos para impulsionar o desenvolvimento econômico do município, com geração de emprego e renda para a população.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	REFORMA E AMPLIACAO DE ACOUGUE PUBLICO	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE DESENV. RURAL
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA AGROPECUARIA	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIV DE PSIC/APICULTURA	UNID	UNIDADES	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIV CADASTRO DO INCRA	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE DESENVOLVIMENTO RURAL	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUCAO AMPLIACAO RECUP BARRAGENS PUBLICAS E BARREIROS.	UNID	UNIDADE	15	
P	CONSTRUCAO DE CISTERNAS PUBLICAS	UNID	UNIDADE	30	
P	PERFURACAO E INSTALACAO DE POÇOS TUBULARES	UNID	UNIDADE	10	
P	AQUISICAO DE MAQUINAS, VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA POCOS TUBULARES	UNID	UNIDADE	10	
P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS DE APOIO A PRODUÇÃO RURAL	UNID	AGRICULTORES	1000	
A	PROGRAMA GARANTIA SAFRA	UNID	AGRICULTORES	1000	
P	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ARACAO DE TERRAS	UNID	UNIDADE	01	
A	DISTRIBUICAO DE SEMENTES e MATERIAIS AGRICOLAS	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUCAO DE CENTRO TECNOLOGICO CAP/OVINOCULTURA (ESTAÇÃO DE MONTA)	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA	UNID	UNIDADE	01	

A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CAPRINOCULTURA E OVINOCULTURA	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PSICULTURA	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA ZONA RURAL (PIPA)	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO, REF E AMPLIAÇÃO MATADOURO PÚBLICO	UNID	UNIDADE	01	
P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IRRIGAÇÃO RURAL	UNID	AGRICULTORES	1000	
P	CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DA SEDE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA ABASTECIMENTO	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO, REF E AMPLIAÇÃO DE BANHEIROS NA ZONA RURAL	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO, REF E AMPLIAÇÃO DE CISTERNAS NA ZONA RURAL.	UNID	UNIDADE	400	
P	AQUISIÇÃO DE MOTOR BOMBA ELÉTRICO DE GRANDE PORTE E INSTALAÇÃO COM ENCANAMENTO PARA O AÇUDE PÚBLICO MUNICIPAL (AÇUDE GRANDE).	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE	UNID	UNIDADE	01	

Donato

PROGRAMA

1007 – PARNAMIRIM INTEGRADA

OBJETIVO

Ampliar e manter as políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural do município. Integrar todas as ações municipais que tratam de intervenções na ambiência e na estruturação urbana, visando à qualificação da mobilidade e da implantação de novos loteamentos, à valorização do patrimônio cultural e natural e à melhoria do saneamento ambiental.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	RECUPERACAO DE REDE DE ESGOTO	UNID	UNIDADE	01	Secretaria de Infraestrutura
P	CONSTRUCAO REDE ESGOTO CIDADE, VILAS E POVOADOS	UNID	UNIDADE	06	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE OBRAS	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO CALCAMENTO CIDADE VILAS E DISTRITOS	UNID	QUILOMETROS	03	
P	INDENIZAÇÃO TERRENOS E/OU EDIFICAÇÕES DE UTILIDADE EM OBRAS PÚBLICAS	UNID	UNIDADE	03	
P	AQUISICAO DE MAQ E EQUIPAMENTOS COLETA DE LIXO	UNID	UNIDADES	02	
P	CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DE CEMITERIO NA: SEDE, DISTRITOS, POVOADOS E VILAS, DO MUNICIPIO	UNID	UNIDADE	10	
P	AMPLIACAO REDE ILUM PUB CIDADE E VILAS	UNID	UNIDADE	01	
P	AMPLIACAO E CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PRACAS/PARQUES NA CIDADE E POVOADOS	UNID	UNIDADE	03	
P	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PONTES E/OU PASSAGENS MOLHADAS.	UNID	UNIDADE	02	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA URBANISMO	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	UNID	UNIDADE	01	
P	AQUISICAO DE TERRENO CONSTRUCAO CASA POPULARES	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO DE MELHORIAS HABITACIONAIS	UNID	UNIDADE	50	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE VIACAO	UNID	UNIDADE	01	
P	RESTAURACAO DE ESTRADAS VICINAIS	UNID	ESTRADAS	10	

A	MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA NOS TRANSPORTES – RECURSOS CIDE	UNID	UNIDADE	01	
P	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA VIAS URBANAS	UNID	QUILOMETROS	02	
P	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO URBANA E/OU TURISTICA	UNID	UNIDADE	01	
P	REFORMA/AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS VINCULADOS AO MUNICÍPIO	UNID	UNIDADE	03	
P	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE GALPÃO DE RECICLAGEM	UNID	UNIDADE	01	
P	AQUISIÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE AVENIDAS, RUAS, PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS, DO NOSSO MUNICÍPIO.	UNID	UNIDADE	01	

Forth

PROGRAMA**1008 – PARNAMIRIM VIVER****OBJETIVO**

Promover o acesso universal ao patrimônio cultural, esportes, lazer e turismo, bem como qualificar equipamentos recreativos e culturais, garantindo meios de ampliação, adequação e conservação.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Turismo

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	AQUISICAO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA BANDA MUSICAL	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE CULTURA
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE CULTURA	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DESPORTOS	UNID	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TURISMO	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUCAO/REFORMA QUADRAS ESPORTIVAS NA SEDE, DISTRITOS , POVOADOS E VILAS.	UNID	UNIDADE	01	
P	REFORMA/APLIAÇÃO E MELHORIAS DO ESTADIO MUNICIPAL FUTEBOL	UNID	UNIDADE	01	
A	PROMOÇÕES SOCIAIS, FESTAS CÍVICAS, CULTURAIS, FOLCLÓRICAS E RELIGIOSAS.	UNID	UNIDADE	01	
A	APOIO/PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	UNID	UNIDADE	01	
A	APOIO/PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	UNID	UNIDADE	01	
P	IMPLANTAÇÃO DA CASA DE CULTURA LOCAL	UNID	UNIDADE	01	
P	AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS	UNID	UNIDADE	01	
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DA ACADEMIA DAS CIDADES	UNID	UNIDADE	01	
P	CONSTRUCAO/REFORMA/MANUTENÇÃO BALNEARIO MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
P	CONSTRUÇÃO DE PÁTIO DE EVENTOS MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE CULTURA
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO/CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS E ATIVIDADES.	UNID	UNIDADE	01	

P	RECUPERAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE CULTURA
P	AQUISIÇÃO DE ONIBUS PARA MANTER AS ATIVIDADES ESPEORTIVAS E CULTURAIS, DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO.	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE CULTURA
P	CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E VESTIÁRIOS, NA QUADRA MUNICIPAL CARLOS CABRAL.	UNID	UNIDADE	01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Portes



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM-PE

Governando para o Povo

ANEXO II

Metas Fiscais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020

Constit

Parametros Iniciais

Município: Parnamirim - PE
 Ano da LDO: 2020

VARIAVEIS	2020	2021	2022
real (crescimento % anual)	2,70	2,60	2,50
a real de juro implícito sobre a dívida da do Governo (média % anual)	7,50%	8,00%	8,00%
ição Média (% anual) projetada com e em índice oficial de inflação	4,00	3,75	3,75
ção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$ ***			

Ano	Taxa de Crescimento do PIB real % ***	Valor em (R\$)	
		Realizado	Previsto
2018		182.800.000.000	
2019			
2020			
2021			
2022			

	2017	2018	2019*	2020*	2021*	2022*
ICES DE INFLAÇÃO						
iação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 08/03/2019.	2,95%	3,75%	3,87%	4,00%	3,75%	3,75%

FE: Secretaria de Finanças

até a data de elaboração deste demonstrativo, a previsão do PIB Estadual não havia sido publicada.

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

Município de Pamamirim - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	57.340.152,31	55.134.761,83	#DIV/0!	59.633.758,40	55.267.616,68	#DIV/0!	61.870.024,34	55.267.616,68	#DIV/0!
Receitas Primárias (I)	53.542.582,01	51.483.251,93	#DIV/0!	55.684.285,29	51.607.307,96	#DIV/0!	57.772.445,99	51.607.307,96	#DIV/0!
Despesa Total	57.340.152,31	55.134.761,83	#DIV/0!	59.633.758,40	55.267.616,68	#DIV/0!	61.870.024,34	55.267.616,68	#DIV/0!
Despesas Primárias (II)	53.254.371,84	51.206.126,77	#DIV/0!	55.384.546,72	51.329.515,03	#DIV/0!	57.461.467,22	51.329.515,03	#DIV/0!
Resultado Primário (III) = (I - II)	288.210,17	277.125,16	#DIV/0!	299.738,57	277.792,93	#DIV/0!	310.978,77	277.792,93	#DIV/0!
Resultado Nominal	-11.009.793,23	-10.586.339,64	#DIV/0!	-3.621.761,06	-3.356.590,42	#DIV/0!	-2.286.186,86	-2.042.218,35	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	17.430.009,06	16.759.624,10	#DIV/0!	15.687.008,15	14.538.469,10	#DIV/0!	14.118.307,34	12.611.684,03	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	13.333.697,48	12.820.862,96	#DIV/0!	11.181.065,42	10.362.433,19	#DIV/0!	9.161.770,33	8.184.079,71	#DIV/0!
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

FONTE: IBGE, CODEPE/FIDEM

Notas: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIAVEIS	2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	2,70	2,60	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	7,50%	8,00%	8,00%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,00	3,75	3,75
Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$ milhares	-	-	-
Índice para Deflação	1,040	1,079	1,119

*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.

Paulo

Município de Parnamirim - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas previstas em 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	60.004.094,07	#DIV/0!	52.823.474,28	0,029	-7.180.619,79	-11,97
Receitas Primárias (I)	59.164.094,07	#DIV/0!	47.931.943,34	0,026	-11.232.150,73	-18,98
Despesa Total	60.004.094,07	#DIV/0!	59.480.611,66	0,033	-523.482,41	-0,87
Despesas Primárias (II)	55.728.494,07	#DIV/0!	55.415.199,17	0,030	-313.294,90	-0,56
Resultado Primário (III) = (I-II)	3.435.600,00	#DIV/0!	-7.483.255,83	-0,004	-10.918.855,83	-317,82
Resultado Nominal	16.631.255,79	#DIV/0!	405.200,85	0,000	-16.226.054,94	-97,56
Dívida Pública Consolidada	15.233.636,76	#DIV/0!	16.866.388,04	0,009	1.632.751,28	10,72
Dívida Consolidada Líquida	15.233.636,76	#DIV/0!	16.866.388,04	0,009	1.632.751,28	10,72

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2018	0
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2018	182.800.000.000

Fonte: Agência Condepe/Fidem

* Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.

Município de Parnamirim - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	59.117.334,06	60.004.094,07	1,50	55.203.766,54	-8,00	57.340.152,31	3,87	59.633.758,40	4,00	61.870.024,34	3,75
Receitas Primárias (I)	58.340.034,06	59.164.094,07	1,41	54.430.966,54	-8,00	53.542.582,01	-1,63	55.684.285,29	4,00	57.772.445,99	3,75
Despesa Total	59.117.334,06	60.004.094,07	1,50	55.203.766,54	-8,00	57.340.152,31	3,87	59.633.758,40	4,00	61.870.024,34	3,75
Despesas Primárias (II)	54.376.365,25	55.728.494,07	2,49	53.535.806,54	-3,93	53.254.371,84	-0,53	55.384.546,72	4,00	57.461.467,22	3,75
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.963.668,81	3.435.600,00	-13,32	895.160,00	-73,94	288.210,17	-67,80	299.738,57	4,00	310.978,77	3,75
Resultado Nominal	-20.654,47	16.631.255,79	-80621,34	-7.213.801,56	-143,37	#####	52,62	-3.621.761,06	-67,10	-2.286.186,86	-36,88
Dívida Pública Consolidada	-1.397.619,03	15.233.636,76	-1189,97	19.366.676,73	27,13	17.430.009,06	-10,00	15.687.008,15	-10,00	14.118.307,34	-10,00
Dívida Consolidada Líquida	-1.397.619,03	15.233.636,76	-1.189,97	15.642.757,11	2,69	13.333.697,48	-14,76	11.181.065,42	-16,14	9.161.770,33	-18,06

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	63.143.593,99	62.254.247,60	-1,41	55.203.766,54	-11,33	55.134.761,83	-0,13	55.267.616,68	0,24	53.141.939,12	-3,85
Receitas Primárias (I)	62.313.355,00	61.382.747,60	-1,49	54.430.966,54	-11,33	51.483.251,93	-5,42	51.607.307,96	0,24	49.622.411,50	-3,85
Despesa Total	63.143.593,99	62.254.247,60	-1,41	55.203.766,54	-11,33	55.134.761,83	-0,13	55.267.616,68	0,24	53.141.939,12	-3,85
Despesas Primárias (II)	58.079.735,58	57.818.312,60	-0,45	53.535.806,54	-7,41	51.206.126,77	-4,35	51.329.515,03	0,24	49.355.302,91	-3,85
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.233.619,42	3.564.435,00	-15,81	895.160,00	-74,89	277.125,16	-69,04	277.792,93	0,24	267.108,59	-3,85
Resultado Nominal	-22.061,17	17.254.927,88	-78314,02	-7.213.801,56	-141,81	#####	46,75	-3.356.590,42	-68,29	-1.963.671,49	-41,50
Dívida Pública Consolidada	-1.492.805,62	15.804.898,14	-1158,74	19.366.676,73	22,54	16.759.624,10	-13,46	14.538.469,10	-13,25	12.126.619,26	-16,59
Dívida Consolidada Líquida	-1.492.805,62	15.804.898,14	-1.158,74	15.642.757,11	-1,03	12.820.862,96	-18,04	10.362.433,19	-19,18	7.869.307,41	-24,06

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	2017	2018	2019	2020*	2021*	2022*
ÍNDICES DE INFLAÇÃO	2,95%	3,75%	3,87%	4,00%	3,75%	3,75%
% Aplicação p/ valores Correntes	1,068	1,038	-	1,040	1,079	1,164

* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 08/03/2019.

Município de Pamamirim - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	15.176.372,07	100,00%	-7.298.844,13	100,00%	1.003.786,85	100,00%
TOTAL	15.176.372,07	100,00%	-7.298.844,13	100,00%	1.003.786,85	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	8.380.292,09	100,00%	11.387.761,51	100,00%	11.089.810,73	100,00%
TOTAL	8.380.292,09	100,00%	11.387.761,51	100,00%	11.089.810,73	100,00%

FONTE: Secretaria de Finanças

Fantz

Município de Pamamirim - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

	R\$ 1.00			
	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)	
RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	85.600,00	85.600,00
Alienação de Bens Imóveis			0,00	85.600,00
DESPESAS EXECUTADAS				
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	0,00	0,00	85.600,00	85.600,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	85.600,00	85.600,00
Amortização da Dívida			0,00	85.600,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00		
SALDO FINANCEIRO				
	(g) = ((1a - 11d) +	(h) = ((1b - 11e) +	2016 (i) = (1c - 11f)	
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota :

Município de Parnamirim - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.396.858,20	2.897.225,62	1.565.656,09
RECEITAS CORRENTES	3.396.858,20	2.897.225,62	1.565.656,09
Receita de Contribuições dos Segurados	3.391.553,44	2.897.225,62	1.565.656,09
Pessoal Civil	3.391.553,44	2.897.225,62	1.565.656,09
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.304,76	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.304,76	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	279.514,41	2.438.460,30	4.741.446,27
RECEITAS CORRENTES	279.514,41	2.438.460,30	4.741.446,27
Receita de Contribuições	279.514,41	2.375.414,72	4.727.077,29
Patronal	279.514,41	2.298.209,79	4.727.077,29
Pessoal Civil	279.514,41	2.298.209,79	4.727.077,29
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	77.204,93	0,00
Receita Patrimonial	0,00	11.904,19	14.368,98
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	51.141,39	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	3.676.372,61	5.335.685,92	6.307.102,36
DESPESAS	2016	2017	2018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.206.026,36	5.111.273,42	5.878.899,09
ADMINISTRAÇÃO	208.385,94	214.558,08	214.318,88
Despesas Correntes	206.849,44	214.558,08	212.037,88
Despesas de Capital	1.536,50	0,00	2.281,00
PREVIDÊNCIA	3.997.640,42	4.896.715,34	5.664.580,21
Pessoal Civil	3.997.640,42	4.896.715,34	5.664.580,21
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	4.206.026,36	5.111.273,42	5.878.899,09
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-529.653,75	224.412,50	428.203,27
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2016	2017	2018
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	244.932,29	450.979,80	353.653,25

FONTE: Anexo 4 RREO 6º bimestre de 2018 e 2017

Paula

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Pamamirim - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	ALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício)
2019	3.771.267,48	7.917.773,56	-4.146.506,08	-1.178.166,26
2020	6.685.895,13	8.179.935,30	-1.494.040,17	-2.672.206,43
2021	12.303.841,36	8.248.710,38	4.055.130,98	1.382.924,55
2022	12.641.462,50	8.225.364,77	4.416.097,73	5.799.022,28
2023	12.881.864,55	8.649.720,21	4.232.144,34	10.031.166,62
2024	13.083.109,95	9.163.003,12	3.920.106,83	13.951.273,45
2025	13.304.263,71	9.522.202,28	3.782.061,43	17.733.334,88
2026	13.611.755,21	9.505.968,67	4.105.786,54	21.839.121,42
2027	13.794.225,11	10.049.289,50	3.744.935,61	25.584.057,03
2028	14.058.763,17	10.187.297,30	3.871.465,87	29.455.522,90
2029	14.277.573,91	10.515.008,30	3.762.565,61	33.218.088,51
2030	14.463.589,73	10.938.853,10	3.524.736,63	36.742.825,14
2031	14.639.580,48	11.336.175,80	3.303.404,68	40.046.229,82
2032	14.793.938,11	11.740.277,40	3.053.660,71	43.099.890,53
2033	15.018.079,68	11.826.496,10	3.191.583,58	46.291.474,11
2034	15.232.975,66	11.971.458,80	3.261.516,86	49.552.990,97
2035	15.421.459,56	12.224.216,10	3.197.243,46	52.750.234,43
2036	15.703.121,97	12.097.854,50	3.605.267,47	56.355.501,90
2037	15.928.672,34	12.271.012,50	3.657.659,84	60.013.161,74
2038	16.239.702,86	12.121.437,70	4.118.265,16	64.131.426,90
2039	16.527.836,09	12.157.381,20	4.370.454,89	68.501.881,79
2040	16.778.554,26	12.387.212,60	4.391.341,66	72.893.223,45
2041	17.077.169,88	12.432.331,30	4.644.838,58	77.538.062,03
2042	17.385.121,59	12.493.618,00	4.891.503,59	82.429.565,62
2043	17.765.984,55	12.327.764,60	5.438.219,95	87.867.785,57
2044	18.192.791,12	12.107.810,00	6.084.981,12	93.952.766,69
2045	18.686.288,76	11.777.862,30	6.908.426,46	100.861.193,15
2046	5.423.190,50	11.384.609,41	-5.961.418,91	94.899.774,24
2047	5.063.763,51	11.020.043,78	-5.956.280,27	88.943.493,97
2048	4.705.445,01	10.647.376,24	-5.941.931,23	83.001.562,74
2049	4.375.025,07	10.167.574,43	-5.792.549,36	77.209.013,38
2050	4.050.827,93	9.695.213,49	-5.644.385,56	71.564.627,82
2051	3.742.129,44	9.195.802,86	-5.453.673,42	66.110.954,40
2052	3.444.895,27	8.696.032,22	-5.251.136,95	60.859.817,45
2053	3.159.717,65	8.197.855,65	-5.038.138,00	55.821.679,45
2054	2.887.112,06	7.703.144,08	-4.816.032,02	51.005.647,43
2055	2.627.520,94	7.213.630,71	-4.586.109,77	46.419.537,66
2056	2.381.312,79	6.730.990,13	-4.349.677,34	42.069.860,32
2057	2.148.790,10	6.256.690,87	-4.107.900,77	37.961.959,55
2058	1.930.177,94	5.792.326,23	-3.862.148,29	34.099.811,26
2059	1.725.606,68	5.339.698,89	-3.614.092,21	30.485.719,05
2060	1.535.098,63	4.900.740,84	-3.365.642,21	27.120.076,84
2061	1.358.569,75	4.477.246,62	-3.118.676,87	24.001.399,97
2062	1.195.834,37	4.070.826,15	-2.874.991,78	21.126.408,19
2063	1.046.618,05	3.682.772,99	-2.636.154,94	18.490.253,25
2064	910.568,86	3.314.104,58	-2.403.535,72	16.086.717,53
2065	787.255,67	2.965.788,66	-2.178.532,99	13.908.184,54
2066	676.161,97	2.638.817,39	-1.962.655,42	11.945.529,12
2067	576.695,42	2.333.937,76	-1.757.242,34	10.188.286,78
2068	488.218,20	2.051.315,78	-1.563.097,58	8.625.189,20
2069	410.064,26	1.790.783,78	-1.380.719,52	7.244.469,68
2070	341.545,95	1.552.036,16	-1.210.490,21	6.033.979,47
2071	281.956,95	1.334.695,84	-1.052.738,89	4.981.240,58
2072	230.577,26	1.138.285,26	-907.708,00	4.073.532,58
2073	186.684,66	962.120,44	-775.435,78	3.298.096,80
2074	149.561,61	805.402,29	-655.840,68	2.642.256,12
2075	118.501,40	667.231,64	-548.730,24	2.093.525,88
2076	92.811,54	546.665,76	-453.854,22	1.639.671,66
2077	71.819,30	442.682,19	-370.862,89	1.268.808,77
2078	54.885,43	354.050,58	-299.165,15	969.643,62
2079	41.414,58	279.399,63	-237.985,05	731.658,57
2080	30.857,85	217.359,98	-186.502,13	545.156,44
2081	22.714,05	166.587,90	-143.873,85	401.282,59
2082	16.531,36	125.758,87	-109.227,51	292.055,08
2083	11.908,20	93.583,95	-81.675,75	210.379,33
2084	8.495,67	68.783,71	-60.288,04	150.091,29
2085	6.004,22	50.019,82	-44.015,60	106.075,69
2086	4.203,63	36.014,20	-31.810,57	74.265,12
2087	2.915,90	25.665,72	-22.749,82	51.515,30
2088	2.006,65	18.070,02	-16.063,37	35.451,93
2089	1.374,70	12.539,19	-11.164,49	24.287,44
2090	942,77	8.573,55	-7.630,78	16.656,66
2091	650,93	5.806,84	-5.155,91	11.500,75
2092	453,55	3.940,56	-3.487,01	8.013,74
2093	318,41	2.706,88	-2.388,47	5.625,27

FONTE: Secretaria de Finanças


Nota: Projeção atuarial elaborada em <26/03/2019>

Município de Parnamirim - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2020

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2020	2021	
TOTAL					-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>



Município de Parnamirim - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 2020

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Notas:

1 - O Município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2020.

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Receitas

	R\$ 1,00						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ESPECIFICAÇÃO							
RECEITAS CORRENTES	44.427.498,88	45.639.784,06	51.008.870,00	46.928.160,40	48.744.280,21	50.694.051,42	52.595.078,34
Receita Tributária	2.592.486,70	2.242.274,09	2.451.000,00	2.254.920,00	2.342.185,40	2.435.872,82	2.527.218,05
Receitas de Contribuições	1.578.325,00	2.630.000,00	2.354.000,00	2.165.680,00	2.249.491,82	2.339.471,49	2.427.201,67
Receita Patrimonial	585.959,50	777.300,00	840.000,00	772.800,00	802.707,36	834.815,65	866.121,24
Aplicações Financeiras (II)	585.959,50	777.300,00	840.000,00	772.800,00	802.707,36	834.815,65	866.121,24
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	28.045,00	25.801,40	26.799,91	27.871,91	28.917,11
Transferências Correntes	39.423.067,68	39.746.209,97	44.813.320,00	41.228.254,40	42.823.787,85	44.536.739,36	46.206.867,09
Outras Receitas Correntes	247.660,00	244.000,00	522.505,00	480.704,60	499.307,87	519.280,18	538.753,19
RECEITA DE CAPITAL	11.540.550,00	10.540.550,00	5.861.224,07	5.392.326,14	5.601.009,16	5.825.049,53	6.043.488,89
Operações de Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	11.540.550,00	10.540.550,00	5.861.224,07	5.392.326,14	5.601.009,16	5.825.049,53	6.043.488,89
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIAS	2.275.630,00	2.937.000,00	3.134.000,00	2.883.280,00	2.994.862,94	3.114.657,45	3.231.457,11
TOTAL DAS RECEITAS	58.243.678,88	59.117.334,06	60.004.094,07	55.203.766,54	57.340.152,31	59.633.758,40	61.870.024,34

Dedução Fundeb

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as despesas

	R\$ 1,00						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ESPECIFICAÇÃO							
DESPESAS CORRENTES (I)	47.318.220,55	46.790.572,29	46.101.072,13	42.412.986,36	44.054.368,93	45.816.543,69	47.534.664,08
Pessoal e Encargos Sociais	30.320.311,71	28.988.617,29	27.457.263,13	25.260.682,08	26.238.270,48	27.287.801,30	28.311.093,84
Juros e Encargos da Dívida	287.245,00	113.000,00	113.000,00	103.960,00	107.983,25	112.302,58	116.513,93
Outras Despesas Correntes	16.710.663,84	17.688.955,00	18.530.809,00	17.048.344,28	17.708.115,20	18.416.439,81	19.107.056,30
DESPESAS DE CAPITAL (II)	10.343.021,54	8.807.619,62	10.840.381,00	9.973.150,52	10.359.111,45	10.773.475,90	11.177.481,25
Investimentos	7.399.521,54	7.107.619,62	9.140.381,00	8.409.150,52	8.734.584,65	9.083.968,03	9.424.616,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.943.500,00	1.700.000,00	1.700.000,00	1.564.000,00	1.624.526,80	1.689.507,87	1.752.864,42
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	2.927.968,81	2.462.600,00	2.265.592,00	2.353.270,41	2.447.401,23	2.539.178,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	582.436,79	591.173,34	600.040,94	552.037,66	573.401,52	596.337,58	618.700,24
RESERVA DO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (V) = (I)+(II)+(III)+(IV)	58.243.678,88	59.117.334,06	60.004.094,07	55.203.766,54	57.340.152,31	59.633.758,40	61.870.024,34

Paula

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	(b) 2016	(c) 2017	(d) 2018	(e) 2019	(f) 2020	(g) 2021	(h) 2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	(1.376.964,56)	(1.397.619,03)	15.233.636,76	19.366.676,73	17.430.009,06	15.687.008,15	14.118.307,34
REDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	3.723.919,62	4.096.311,58	4.505.942,74	4.956.537,01
Ativo Financeiro	3.091.255,62	3.137.624,45	1.872.490,92	2.388.233,08	2.627.056,39	2.889.762,03	3.178.738,23
Haveres Financeiros	932.090,21	946.071,56	3.745.601,77	3.723.919,62	4.096.311,58	4.505.942,74	4.956.537,01
(-) Restos a Pagar Processados	9.570.663,09	9.092.129,94	24.777.115,64	21.778.657,39	19.600.791,65	17.640.712,49	15.876.641,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(1.376.964,56)	(1.397.619,03)	15.233.636,76	15.642.757,11	13.333.697,48	11.181.065,42	9.161.770,33
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	7.622.921,91	16.323.655,51	17.792.784,51	18.059.676,27
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(1.376.964,56)	(1.397.619,03)	15.233.636,76	8.019.835,20	(2.989.958,03)	(6.611.719,09)	(8.897.905,95)
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)	(h-g)
	(101.997,38)	(20.654,47)	16.631.255,79	(7.213.801,56)	(11.009.793,23)	(3.621.761,06)	(2.286.186,86)

tas:

O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, referindo-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2016.

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	(1.376.964,56)	(1.397.619,03)	15.233.636,76	19.366.676,73	17.430.009,06	15.687.008,15	14.118.307,34
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Financeira	(1.376.964,56)	(1.397.619,03)	15.233.636,76	19.366.676,73	17.430.009,06	15.687.008,15	14.118.307,34
DUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	3.723.919,62	4.096.311,58	4.505.942,74	4.956.537,01
Ativo Disponível	3.091.255,62	3.137.624,45	1.872.490,92	2.388.233,08	2.627.056,39	2.889.762,03	3.178.738,23
Ativos Financeiros	932.090,21	946.071,56	3.745.601,77	3.723.919,62	4.096.311,58	4.505.942,74	4.956.537,01
Restos a Pagar Processados	9.570.663,09	9.092.129,94	24.777.115,64	21.778.657,39	19.600.791,65	17.640.712,49	15.876.641,24
L (III)=(I-II)	(1.376.964,56)	(1.397.619,03)	15.233.636,76	15.642.757,11	13.333.697,48	11.181.065,42	9.161.770,33

a:

Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida será considerado igual a

o.

Porto



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM-PE

Governando para o Povo

ANEXO III

Riscos Fiscais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020

Contas

Município de Parnamirim - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	286.700,76	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	286.700,76
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	150.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	150.000,00
SUBTOTAL	436.700,76	SUBTOTAL	436.700,76

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	2.854.919,19	Limitação de empenho e movimentação financeira	2.854.919,19
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	2.854.919,19	SUBTOTAL	2.854.919,19
TOTAL	3.291.619,95	TOTAL	3.291.619,95

FONTE: Secretaria de Finanças

Porte